



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO**

MINUTA

CONTRATO Nº ____/____

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
QUE ENTRE SI CELEBRAM O TRIBUNAL
REGIONAL DO TRABALHO DA SÉTIMA
REGIÃO E _____.**

O **TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA SÉTIMA REGIÃO**, com sede na Av. Santos Dumont nº 3.384, nesta capital, inscrito no CNPJ sob o nº 03.235.270/0001-70, neste ato representado por seu Diretor-Geral, FRANCISCO JOSÉ PONTES IBIAPINA, portador do CPF nº 274.880.713-87, RG nº 625829 - SSP-PI, doravante denominado **CONTRATANTE**, e, de outro lado,, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na, inscrita no CNPJ sob o nº, adiante denominada **CONTRATADA** e aqui legalmente representada por, portador do CPF nº e R.G nº, resolvem firmar o presente negócio jurídico, com fundamento no parágrafo primeiro do artigo 1º da Lei nº 10.520/02, c/c o parágrafo 2º do artigo 3º do Decreto nº 3.555/00 e parágrafo primeiro do artigo 2º do Decreto nº 5.450/05, e, subsidiariamente, na Lei nº 8.666/93 e alterações subsequentes, combinada com as demais normas de direito aplicáveis à espécie, tendo em vista o certame licitatório realizado na modalidade **Pregão Eletrônico**, sob o nº _____, e o que consta do Processo Administrativo **TRT7 nº 2.141/2016**, mediante as condições constantes das seguintes cláusulas, que ambas as partes aceitam, ratificam e outorgam, por si e seus sucessores.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O objeto da presente avença consiste na prestação de serviços de controle e combate de vetores e pragas urbanas (cupins, formigas, mosquitos, inclusive Aedes aegypti, insetos, ratos, e etc.) - desintetização, desratização e descupinização em todas as dependências do Tribunal Regional do Trabalho, do Fórum Autran Nunes, das Varas do Trabalho da Região Metropolitana e interior do Estado, com fornecimento de material necessária à execução dos serviços, conforme Lotes discriminados na tabela constante do item 10.1 da Cláusula Décima deste Termo.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO CONTRATO

2.1 São partes integrantes deste termo, como se aqui estivessem integralmente transcritos, os seguintes documentos:

- a) o Edital do Pregão Eletrônico nº ____/____ e seus anexos;
- b) a proposta apresentada pela CONTRATADA.

2.1.1 Considera-se expressamente revogado o contido na proposta apresentada pela CONTRATADA que disponha em contrário ao estabelecido neste termo de contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1 O serviço preventivo de desinsetização, desratização e descupinização completo deverá ser executado de forma preventiva trimestralmente, em todas as dependências do TRT-Sede, Fórum Autran Nunes, Varas do Trabalho da Região Metropolitana e do interior do Estado, compreendendo todos os andares, forros, sótãos, caixa de corrida de elevadores, shafts, subsolos, escadas, casas de máquinas, poços de exaustão, áreas externas, jardins, cobertas, caixas coletoras sanitárias e restaurante, com fornecimento de material atóxico e necessário, considerados de boa qualidade à execução dos serviços.

3.2 As especificações referentes aos locais onde os serviços serão prestados encontram-se nos anexos I e II do Termo de Referência, anexo do supracitado Edital.

3.3 CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE: Devem ser observados os seguintes critérios de sustentabilidade (conforme item 5.2.7 do Guia de contratações sustentáveis da Justiça do Trabalho):

- a) Estar em conformidade com os requisitos de licenciamento, procedimentos e práticas operacionais definidos na Resolução da Diretoria Colegiada da ANVISA – RDC nº 52, de 22 de outubro de 2009, destacando-se as metodologias direcionadas para a redução do impacto ao meio ambiente, à saúde do consumidor e do aplicador dos produtos;
- b) Aplicar produtos devidamente aprovados pela ANVISA;
- c) Efetuar o recolhimento das embalagens vazias e respectivas tampas dos produtos utilizados, promovendo sua destinação final ambientalmente adequada, nos termos da Lei nº 12.305/2010;
- d) Elaborar e implementar Programa de Riscos Ambientais (PPRA), de acordo com as Normas Regulamentadoras do MTE;
- e) Elaborar e implementar Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), com o objetivo de promoção e preservação da saúde dos trabalhadores, de acordo com as Normas Regulamentadoras do MTE;
- f) Assegurar, durante a vigência do contrato, a capacitação dos trabalhadores quanto às práticas definidas nas políticas de responsabilidade socioambiental do Contratante;
- g) Priorizar o emprego de mão de obra, materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local para execução dos serviços.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

4.1 O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, conforme art. 57, inc. II, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA QUINTA - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

5.1 Caberá a fiscalização do Contrato tanto para o TRT- Sede e seus anexos, como para o Fórum Autran Nunes e seus anexos, ao Diretor da Coordenadoria Administrativa e Judiciária do Fórum Autran Nunes, Vilebaldo Barbosa Martins Filho, auxiliado no TRT Sede e seus anexos, pela Técnica Judiciária, Maria Luciene Bezerra da Silva, Coordenadora do Setor de Apoio Administrativo, e, no Fórum Autran Nunes e seus anexos, pelo Técnico Judiciário, Napoleão Pereira de Souza Júnior, Coordenador do Setor de Zeladoria do Fórum Autran Nunes.

5.1.1 Para as Varas Trabalhistas da Região Metropolitana e Interior, a fiscalização, caberá à Diretora da Secretaria Administrativa de Orçamento e Finanças – SAOF, Maria Eveline Fernandes Barreto, auxiliada pelos Diretores de Secretaria das Varas. Nos impedimentos e/ou afastamentos legais dos fiscais titulares, suas funções serão desempenhadas pelos substitutos designados através de Portaria expedida pelo Contratante.

5.2 A Administração poderá designar outro fiscal, quando conveniente, sendo consignado formalmente nos autos e comunicado à Contratada, sem necessidade de elaboração de termo aditivo.

5.2.1 Em qualquer das hipóteses de designação da gestão/fiscalização previstas nos itens **5.1 a 5.2**, caberá à gestão/fiscalização comunicar à CONTRATADA da sua designação.

5.3 Aos fiscais do Contrato competirá administrar a execução dos serviços, elaborar cronograma de execução, atestar as respectivas Notas Fiscais para efeito de pagamento, bem como providenciar as medidas necessárias às soluções de quaisquer contratempos que porventura venham a ocorrer.

5.4 As decisões e providências que ultrapassarem a competência da fiscalização deverão ser solicitadas pelos fiscais do Contrato, em tempo oportuno, à Diretoria competente, para adoção das medidas que julgar convenientes.

5.5 A ação de fiscalização não exonera a Contratada de suas responsabilidades contratuais.

5.6 As informações e os esclarecimentos solicitados pela Contratada deverão ser prestados pelos fiscais do Contrato.

CLÁUSULA SEXTA - LOCAL, HORÁRIO E DIAS DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1 O serviço preventivo de desinsetização, desratização e descupinização deverá ser executado no início de cada período trimestral, nos prédios do Tribunal, do Fórum e das Varas de Trabalho do interior, em até dois dias, em cada localidade, no horário de 14:30 às 19:00 horas, de acordo com o cronograma elaborado pelos Fiscais do contrato juntamente com a contratada.

6.2 O serviço corretivo deverá ser realizado no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da solicitação da fiscalização do contrato.

6.3 Na entrega do serviço toda a sujeira proveniente da execução deverá ser recolhida pela contratada e todos os danos acaso ocorridos, reparados.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

7.1 Os serviços serão recebidos trimestralmente:

a) Provisoriamente, pelo fiscal que acompanhou a execução do contrato, com base no que foi observado ao longo do acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes imediatamente após a execução, condicionada ao recebimento da Nota Fiscal.

b) Definitivamente, a cargo de outro servidor ou comissão responsável pelo recebimento definitivo, no prazo de até 5 dias, com base na verificação do trabalho feito pelo fiscal e na verificação de todos os outros aspectos do contrato que não a execução do objeto propriamente

dita, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, observado o disposto no art. 69 da Lei nº. 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 8.1** Proporcionar todas as facilidades indispensáveis ao bom cumprimento das obrigações contratuais, inclusive permitindo o acesso dos empregados e/ou prepostos da Contratada às dependências do Contratante correlatas à execução dos serviços.
- 8.2** Estabelecer, em até 05 (cinco) dias úteis após a assinatura do Contrato o cronograma de execução do serviço.
- 8.3** Emitir a Nota de Empenho para o início da execução dos serviços.
- 8.4** Atestar as Notas fiscais/Faturas para efeito de pagamento.
- 8.5** Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto que venham a ser solicitados pela Contratada.
- 8.6** Efetuar os pagamentos na forma e no prazo estabelecidos neste Termo.
- 8.7** Fiscalizar a execução dos serviços de acordo com o estabelecido neste Termo.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 9.1** Antes do início da execução contratual, designar formalmente (mediante comunicação escrita) preposto responsável por representar a contratada durante esse período;
- 9.2** Entregar a ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) referente ao relatório contratado, devidamente registrado no Conselho profissional do responsável técnico, em dez dias do recebimento do contrato ou instrumento equivalente.
- 9.3** Promover, durante a jornada de trabalho de todos os empregados disponibilizados para a prestação dos serviços, capacitação em saúde e segurança do trabalho, com ênfase na prevenção de acidentes, com carga horária mínima de 2 (duas) horas mensais, nos termos da Resolução nº 98, de 20/04/2012, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho.
- 9.4** Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança necessários para a execução de serviços e fiscalizar o uso, nos termos da Norma Regulamentadora NR 6 do MTE.
- 9.5** Executar os serviços na forma, prazo e condições estipulados neste Termo.
- 9.6** Iniciar os serviços contratados após a assinatura do contrato, de acordo com o cronograma elaborado pelos fiscais do Contrato.
- 9.7** Manter LICENÇA válida expedida pela autoridade sanitária e ambiental.
- 9.8** Utilizar apenas produtos registrados no Ministério da Saúde. As informações devem constar do rótulo da embalagem.
- 9.9** Expedir laudo descritivo dos procedimentos realizados, devidamente assinado por técnico habilitado responsável pelo serviço.
- 9.10** Fornecer as ferramentas e equipamentos adequados e necessários aos serviços, inclusive as armadilhas para roedores.
- 9.11** Apresentar relatórios trimestrais de localização de pragas no interior da edificação, por ocasião da execução dos serviços de desinsetização, desratização, descupinização e providências adotadas ao combate.
- 9.12** Reparar ou corrigir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto do contrato em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

9.13 O aparecimento de pragas nas edificações em que foram executados os serviços em período compreendido entre cada dedetização bem como durante o prazo de garantia, obriga à empresa contratada a efetuar, em 24 (vinte e quatro) horas, trabalho corretivo, sem acréscimo ao valor contratual.

9.14 Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, de seguro de acidentes, tributos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas aos seus empregados em razão do objeto contratado, uma vez que os mesmos não têm nenhum vínculo empregatício com o Contratante.

9.15 Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao Contratante ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.

9.16 Reparar em até 48 horas qualquer dano causado ao patrimônio do Fórum Autran Nunes decorrente da execução dos serviços.

9.17 Recolher, de imediato, toda a sujeira proveniente da execução.

9.18 Responsabilizar-se pela devida identificação (crachá) e uniformização de seus funcionários durante todo o período destinado ao cumprimento do serviço objeto deste Termo, bem como pelo fornecimento dos adequados E.P.I.'s.

9.19 Manter, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação.

9.20 Aceitar os acréscimos ou supressões que julgados necessários pelo Contratante, nos limites estabelecidos na Lei 8.666/93.

9.21 Executar diretamente os serviços de acordo com as rotinas e parâmetros estabelecidos neste Termo, sem transferência de responsabilidades ou subcontratações. Os serviços deverão ser executados de maneira a não interferir no andamento da rotina de funcionamento do CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO VALOR DO CONTRATO

10.1 O CONTRATANTE pagará pelos serviços ora contratados o valor anual de R\$ (.....) e trimestral de R\$ (.....), conforme discriminado na tabela abaixo:

Lote 1		Área total	
Item	LOCALIDADE	(m²)	Valor Trimestral
1	Prédio Anexo I do TRT	5577,72	
	Prédio Anexo II do TRT	7911,05	
	Casa Sede - TRT	4232,96	
2	Casa entre os prédios	262,27	
	Prédio Anexo do Fórum A.Nunes	1388,52	
3	Vara do Trabalho de Baturité	440,96	
4	Vara do Trabalho de Caucaia	440,96	
5	Vara do Trabalho de Maracanaú	597,74	
6	Vara do Trabalho de Eusébio	421,20	
	Depósito Jabuti - Eusébio	1486,31	
7	Vara do Trabalho de São Gonçalo	144,01	
8	Vara do Trabalho de Pacajus	440,96	
Valor Trimestral do Lote			

Lote 2	LOCALIDADE	Área total	Valor Trimestral
---------------	-------------------	-------------------	-------------------------

Item		(m²)	
1	Vara do Trabalho de Limoeiro	440,96	
2	Vara do Trabalho de Quixadá	595,74	
3	Posto Avançado de Aracati	472,78	
Valor Trimestral do Lote			

Lote 3		Área total (m²)	Valor Trimestral
Item	LOCALIDADE		
1	Vara do Trabalho de Crateús	440,96	
2	Vara do Trabalho de Sobral	829,77	
3	Vara do Trabalho de Tianguá	440,96	
Valor Trimestral do Lote			

Lote 4		Área total (m²)	Valor Trimestral
Item	LOCALIDADE		
1	Fórum do Cariri	3667,17	
2	Vara do Trabalho de Iguatu	689,56	
Valor Trimestral do Lote			

Valor Trimestral do Contrato	
Valor Anual do Contrato	

10.2 No preço ofertado estão inclusos todas as despesas com equipamentos e pessoal, bem como todos os tributos, fretes, seguros, encargos, mão-de-obra e demais despesas necessárias à plena execução do serviço.

10.3 Não caberá qualquer tipo de reajuste ou correção monetária aos valores mencionados acima pelo período de 12 (doze) meses, contados da data limite da apresentação da proposta, salvo por expressa determinação legal para este ou contratos afins.

10.4 Extrapolado o período de 12 (doze) meses, contados da data limite da apresentação da proposta, poderá este contrato sofrer reajuste tendo por base o **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA/IBGE**, mediante prévio e expresse requerimento da CONTRATADA, salvo no caso de reajuste negativo e desde que verificadas as condições de mercado. Na hipótese de suspensão, extinção e/ou vedação do uso do índice de atualização do preço deste Contrato, fica desde já eleito o índice que oficialmente vier a substituí-lo, ou o que melhor reflita a variação dos custos do período, acordado entre as partes como índice substitutivo a vigorar.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

11.1 Os serviços serão executados sob o regime de empreitada por preço global.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1 As despesas decorrentes da execução deste contrato correrão à conta da rubrica **3390 39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA**, constante da Atividade **15.108.02.122.0571.4256.0023 – APRECIACÃO DE CAUSAS NA JUSTIÇA DO TRABALHO**. Nota de Empenho nº _____.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA- DO PAGAMENTO

13.1 O pagamento será efetuado trimestralmente na conta bancária fornecida pela Contratada, em até **10 (dez) dias úteis** a contar do recebimento definitivo, ocasião em que o Contratante verificará a

regularidade da Contratada com a **Fazenda Federal** (Tributos e Contribuições Federais e Dívida Ativa da União), com a **Fazenda Municipal**, com a **Seguridade Social (INSS)** e com o **Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)**, bem como a regularidade trabalhista, mediante **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)**.

13.2 A comprovação da regularidade fiscal poderá ser feita pelo CONTRATANTE através de consulta ao SICAF ou aos sítios que disponibilizam tal informação.

13.3. A CONTRATADA deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/Fatura, o número e nome do banco, agência e número da conta de titularidade da CONTRATADA onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária.

13.4 Caso seja constatada alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas à CONTRATADA, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

13.5. Considera-se como efetivo pagamento o dia da entrega da ordem bancária na respectiva unidade bancária.

13.6. Nos casos de atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, os encargos moratórios devidos pela Contratante, entre a data limite para pagamento e à correspondente ao efetivo pagamento da nota fiscal, a serem incluídos na fatura do mês seguinte ao da ocorrência, são calculados, na forma do art. 36, §4º da Instrução Normativa nº 02/08 do MPOG, por meio da aplicação da seguinte fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde:

EM = Encargos moratórios;

I = Índice de atualização financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = i/365 \quad I = \frac{6/100}{365} \quad I = 0,00016438$$

Em que i = taxa percentual anual no valor de 6%.

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. A CONTRATADA ficará impedida de licitar e contratar com a União, e será descredenciada do SICAF, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas e das demais cominações legais, se praticar alguma das seguintes ações:

- a) apresentar documentação falsa;
- b) deixar de entregar documentação exigida no Contrato;
- c) falhar ou fraudar na execução do Contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução do objeto do Contrato;
- e) comportar-se de modo inidôneo;
- f) fizer declaração falsa;
- g) cometer fraude fiscal.

14.2 O atraso injustificado no atendimento à convocação para recebimento da Ordem de Serviço ou na execução do contrato sujeitará a Contratada à multa de mora, no percentual de 0,2% (dois décimos por cento) ao dia, calculada sobre o valor da parcela não prestada tempestivamente, limitada a 5% por cento.

14.3 Se o atraso de que trata o item **14.2** ultrapassar o prazo de 15 dias, a Administração poderá entender pela inexecução parcial ou total do contrato, conforme o caso.

14.4 Além das sanções previstas nos itens **14.1 a 14.3**, a Contratada poderá incorrer nas seguintes sanções:

a) Advertência;

b) Multa, no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor da parcela inadimplida, na hipótese de inexecução parcial do Contrato;

c) Multa, no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do Contrato, na hipótese de inexecução total;

d) Multa, no percentual de 5% (cinco por cento), calculada sobre o valor do Contrato, para os demais casos de descumprimento contratual.

14.5 As penalidades decorrentes desta Cláusula serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

14.6 A aplicação de sanções previstas neste instrumento será sempre precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa, cuja intimação dar-se-á na forma da lei, inclusive através de fax ou e-mail.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA GARANTIA DOS SERVIÇOS

15.1 Obriga-se a Contratada a prestar serviço de desinsetização, desratização e descupinização por um prazo de 90 (noventa) dias após o término do contrato, caso sejam detectados focos de insetos cuja eliminação seja objeto do presente termo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA RESCISÃO

16.1 O CONTRATANTE poderá considerar rescindido o presente Contrato, de pleno direito, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem que assista à CONTRATADA o direito a qualquer indenização, nos casos e formas fixados nos artigos 78 e 79 da Lei nº. 8.666/93.

16.2 Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do Procedimento Administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

16.3 A rescisão de que trata o item **16.1**, exceto quando se tratar de caso fortuito, força maior ou razões de interesse público, acarretará a retenção dos créditos decorrentes deste contrato, até o limite dos prejuízos causados ao CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1 Qualquer modificação ou alteração no presente Contrato será formalizada mediante termo aditivo, objetivando atender aos interesses das partes e ao objeto deste instrumento de Contrato, salvo hipótese de alterações relativas à fiscalização.

17.2 Os termos aditivos são partes integrantes deste Contrato, como se nele estivessem transcritos.

17.3 Este Contrato administrativo regula-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de Direito Público, aplicando-se-lhe, supletivamente, os Princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de Direito Privado.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA PUBLICAÇÃO

18.1 De conformidade com o disposto no art. 61, parágrafo único da Lei 8.666/93, o presente contrato será publicado na forma de extrato, no Diário Oficial da União.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO FORO

19.1 É competente o foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Estado do Ceará, com exclusão de outro por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer litígios oriundos do presente contrato.

E, para firmeza e como prova de assim haverem entre si, ajustado e contratado, assinam o presente, em duas vias de igual teor e forma, para que produza os seus legais e jurídicos efeitos.

Fortaleza, de de .

**DIRETOR GERAL DO TRT DA 7ª REGIÃO
CONTRATANTE**

CONTRATADA